

**GT 06 – Educação Popular****SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL: UM BALANÇO DOS ESTUDOS PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 1980-2010**Aline Maria Batista Machado (PPGE/UFPB) <sup>1</sup>

Daniela Ninfa de Lima Sousa (bolsista picic/UFPB)

Ana Carla dos Santos (bolsista picic/UFPB)

Atualmente os profissionais de Serviço Social tem resgatado o diálogo entre as temáticas Serviço Social e Educação, o que levou o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS a publicar em fevereiro de 2013 uma brochura intitulada “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação”, a qual visa contribuir com a atuação profissional do assistente social na Política de Educação em consonância com o fortalecimento tanto do projeto ético-político do serviço social como da luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade. Diante disso, o documento destaca alguns desafios apontados pelo GT Nacional para a consolidação do Serviço Social na Política de Educação, dentre os quais um nos chamou atenção, qual seja: “Problematizar junto aos/às assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da educação popular, na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências” (CFESS, 2013, p. 61).

A nosso ver, refletir sobre a educação popular na contemporaneidade é retomar a defesa de um projeto educacional que valorize concretamente a emancipação humana. É desafiar a descrença de alguns na *filosofia da práxis*, pois, a educação popular está comprometida com a transformação da sociedade, a fim de que esta se desenvolva não apenas no âmbito econômico, mas também, no político, social e cultural, haja vista que em pleno

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS.

século XXI, problemas como fome, analfabetismo, violência, desemprego, entre outros, permanecem tão atuais.

Assim sendo, a finalidade deste texto é fazer um resgate histórico da articulação entre a educação popular e o serviço social, bem como apresentar os resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica que estamos desenvolvendo no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, que tem como objetivo principal realizar um balanço acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da Educação Popular entre os anos de 1980-2010.

a produção do conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou chamar de “estado de conhecimento” ou “estado da arte”. (SPOSITO, 2009, p.07)

Embora nosso estado da arte sobre a produção que articula Serviço Social e Educação Popular tenha começado em março de 2011, ainda estamos em fase de coleta de dados, visto que a delimitação geográfica é nacional, ou seja, estamos fazendo um balanço de toda a produção brasileira.

Nessa perspectiva, nossos objetivos específicos são: Identificar se a produção teórica que articula serviço social a educação popular é, de fato, incipiente; Descobrir que áreas acadêmicas produzem mais essa temática; Identificar se os direcionamentos teóricos e metodológicos de tal produção seguem numa perspectiva crítica ou conservadora; Saber se a preocupação com essa temática é maior entre assistentes sociais, pedagogos ou outros profissionais; Perceber se as produções estão mais voltadas para a formação ou para a prática dos assistentes sociais; Identificar que regiões e estados brasileiros essa temática está presente e quais são os mais produtivos; Montar um banco de dados sobre a “a produção do conhecimento” ou “estado da arte” acerca da articulação entre Serviço Social e Educação Popular no Brasil.

Assim sendo, começemos pela historicidade da articulação entre as duas áreas em questão (Serviço Social e Educação Popular).

## **RESGATE HISTÓRICO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

A educação popular constitui-se um paradigma educativo que surge no Brasil

sistematizado por Paulo Freire, especificamente nos anos de 1960, visando contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana e geralmente está presente no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em Organizações Não-Governamentais – ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou desde o período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada uma prática educativa subversiva.

Mas não é de hoje que o serviço social dialoga com a área da educação popular. Conforme Netto (1991), Abreu (2002) e Faleiros (2005), a aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina se dá no decorrer do Movimento de Reconceitualização da profissão, ou seja, do movimento em que os assistentes sociais começam a compreender que a erosão do Serviço Social tradicional passa pela ruptura com as amarras imperialistas do sistema capitalista. Faleiros (2005, p. 25) afirma que devemos considerar “a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire”. Ele destaca que “na perspectiva freireana é fundamental levar em conta a cultura do povo em qualquer processo de mudança, estabelecendo com ele um diálogo problematizador” (Ibidem).

Netto (1991) explica que no período de reconceitualização da profissão houve um ecletismo teórico em uma série de elaborações reconceitualizadas da América Latina. Inclusive naquelas que se fundamentavam no livro “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire. Mas apesar dos equívocos teóricos, o autor reconhece que só “a partir de então criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas” (p. 149). No Brasil, em particular, ao abordar o processo de renovação do Serviço Social, dividindo-o em três direções: “a perspectiva modernizadora”, “a reatualização do conservadorismo” e “a intenção de ruptura”, o autor aponta a incorporação das ideias freireanas nas formulações do chamado “método BH”, isto é, do método que surge em Belo Horizonte - MG entre 1972 e 1975 como alternativa ao tradicionalismo no processo de “intenção de ruptura”. Tanto é que os formuladores de Belo Horizonte consideravam que o objeto de sua atuação era “a ação social da classe oprimida”, seus objetivos meios era “a conscientização, a capacitação e a organização” e seus objetivos fins era a “transformação da sociedade e do homem”.

Diante disso, Netto (1991) critica não só os teóricos que buscaram a congruência

teórico-metodológica com o substrato das propostas de Freire, como a própria noção de “classe oprimida”, uma vez que entende que ela, “noção basicamente política, (...) sugere a remissão a uma estrutura social paradigmaticamente dicotômica, o que compromete (...) não apenas o seu potencial de orientação para intervenção, mas sobretudo a sua capacidade de decifrar o real” (p. 279). No entanto, não obstante o ecletismo e demais equívocos teóricos, o autor entende que no nosso país “o método BH” foi fundamental no processo de construção da “intenção de ruptura”, pois, “foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo” (p. 276).

Cabe dizer que, se o objeto de atuação da profissão fosse mesmo a “ação social da classe oprimida”, como pensavam os formuladores do “método BH”, os resultados da nossa intervenção ficariam totalmente submetidos a ação social dessa classe. Com isso, entendia-se que se tal classe não agisse, a profissão de serviço social era a responsável por tal imobilismo. O que significa que naquela época a profissão abarcava uma responsabilidade enorme pela transformação social, quando, na verdade, profissão nenhuma pode assumir tamanha tarefa, pois a transformação da sociedade advém da luta de classes e não da luta de uma única profissão. Ademais, ainda que a educação popular contribua com o processo de conscientização dos sujeitos sociais, se esses sujeitos, por meio da práxis, não se dispuserem a transformar o mundo, nada muda. Daí o Serviço Social não poder tomar a “ação social da classe oprimida” como seu objeto de atuação. Enfim, ao longo dos anos a profissão foi se redefinindo e hoje em dia as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social apontam como objeto de atuação da profissão as expressões da “questão social”, onde se intervém na perspectiva da viabilização de direitos sociais.

Na década de 1980 a relação do Serviço Social latino americano com a área da Educação Popular continua, porém, com o diferencial de que não se vivia mais a repressão do regime militar, o qual vigorou no Brasil do período de 1964-1985. Tanto que em junho de 1986, exatamente um ano após o fim da ditadura no nosso país, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS), promoveu juntamente com a ALAETS/CELATS/CFAS e ENESS, um *Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social*, o qual ocorreu na cidade de Salvador – BA, a fim de preparar a delegação brasileira à Assembléia Geral da ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), ao Encontro Prévio e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social realizados em Medellín, Colômbia, em julho do mesmo ano.

Segundo a antiga ABESS (1988, p. 04), naquele Seminário Nacional de 1986 foram

destacados dois eixos de interesses dos assistentes sociais: um apontava as questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, ressaltando-se aí as relações e perspectivas históricas do Brasil ao nível do continente, e o outro era exatamente sobre os movimentos sociais e a educação popular. Este último eixo era visto como tema desafiador daquela conjuntura e por isso mesmo tido como fundamental “à prática contraditória dos profissionais de Serviço Social na América Latina, no esforço por uma articulação orgânica ao projeto popular alternativo”.

O fato é que apesar do debate acerca desse tipo de educação ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas em educação popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil. Conforme Iamamoto (2002, p. 33), é muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. Algo que “representa uma ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso” (Ibidem). Sobretudo porque a perspectiva da luta por direitos, estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social, passa a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social.

Diante disso, a autora afirma que faz-se necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical, mas não do trabalho de campo. Nesse sentido, a provocação da autora, de que é preciso re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular no nível da formação profissional é extremamente oportuna, especialmente quando explica que “re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular (...) não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social ” (IAMAMOTO, 2002, p. 33).

Assim sendo, ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o Serviço Social e realizar pesquisas no âmbito das ONGs e demais instituições que atuam com esse tipo de educação é fundamental para a formação e prática dos estudantes e profissionais da área. Até porque, conforme Freire (2007, p. 103-105), “a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um *nadar contra a correnteza*”. O que converge com os princípios do Projeto Ético-Político Profissional do Assistente Social, que também *nada contra a mesma correnteza*, o sistema

capitalista.

## OS RESULTADOS PARCIAIS DA PRODUÇÃO TEÓRICA QUE ARTICULA O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

A partir de pesquisas em bibliotecas, livrarias, anais de congressos e internet, sobretudo no banco de teses do site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), o GEPEDUPSS tem conseguido alguns resultados acerca da produção teórica que articula as áreas de Serviço Social e Educação Popular.

A coleta de dados teve início em março de 2011 e cada integrante do grupo tem se responsabilizado por pesquisar um estado, porém, iniciamos com as universidades públicas e depois partimos para as privadas, com exceção das universidades confessionais, como as PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) e das faculdades particulares, que já estão sendo investigadas desde o início.

Desse modo, até o momento fizemos o levantamento das produções acadêmicas (monografias, dissertações e teses) de 43 universidades (entre públicas e privadas), 10 faculdades, 03 Centros Universitários, 03 Pontifícias Católicas (Pucs), 01 Escola Superior e 01 Fundação. Perfazendo um total de 61 instituições situadas em 17 estados (Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), de quatro regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste).

Especificamente no banco de teses do site da CAPES concluímos a nossa região Nordeste. Contudo, a pesquisa é uma tarefa longa, difícil e exige meses de investigação. Tanto é que desde março de 2011 iniciamos nosso levantamento bibliográfico, mas até agora só encontramos 32 (trinta e duas) produções. Como podemos conferir no quadro 01:

Quadro 01 : Lista da produção teórica que articula serviço social e educação popular (1980-2010) no Brasil

Nº	AUTORES(AS)	TÍTULO	TIPO	LOCAL	ANO
01	Safira Bezerra Ammann	IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL. São Paulo: Cortez, 1980.	LIVRO	São Paulo -SP	1980
02	Maria Carmelita Yasbek e Mariângela Belfiore Wanderley	ENTREVISTA COM PAULO FREIRE. <i>Serviço Social e Sociedade n° 03</i> . São Paulo: Cortez, 1980.	Revista Científica	São Paulo -SP	1980
03	Maria Cristina Soares Magalhães	EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL. <i>Serviço Social e Sociedade n° 06</i> . São Paulo: Cortez, 1981.	Revista Científica	São Paulo -SP	1981

04	Vicente de Paula Faleiros	METODOLOGIA E IDEOLOGIA DO TRABALHO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1981.	LIVRO	São Paulo-SP	1981
05	Raimunda Nonata do Nascimento Santana	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a questão das relações na sociedade brasileira.	Dissertação de Mestrado	PUC-RS Porto Alegre-RS	1985
06	Maria Herlinda Borges Oliva	POLÍTICA DE ESTADO E PRÁTICA SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1987.	LIVRO	São Paulo-SP	1987
07	Marta Beatriz Rodrigues Ruiz	INFLUENCIA Y VIGENCIA DEL PENSAMIENTO DE PAULO FREIRE EM TRABAJO SOCIAL .	Dissertação de Mestrado	PUC-RS Porto Alegre-RS	1988
08	João Francisco de Souza	A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO POPULAR. Caderno ABESS nº 02. São Paulo: Cortez, 1988	Revista Científica	São Paulo-SP	1988
09	ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social)	CADERNOS ABESS Nº 02: Educação Popular. São Paulo: Cortez, 1988.	Revista Científica	São Paulo-SP	1988
10	Marisa Maria Moraes Muniz	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a ação profissional do serviço social no sub-projeto <i>Os Meninos de Rua</i>	Monografia de Graduação	UNB Brasília - DF	1988
11	José Paulo Netto	DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1991.	LIVRO	São Paulo-SP	1991
12	Dirce de Melo Teixeira	EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.	Dissertação de Mestrado	UFPB João Pessoa-PB	1992
13	Marcos Raul Mejia J.	EDUCACIÓN POLÍTICA Y POPULAR: la nueva época reconstruindo poder para el nuevo trabajo social. <i>Serviço social e sociedade nº 46</i> . São Paulo: Cortez, 1993.	Revista Científica	São Paulo- SP	1993
14	Maria Ozanira da Silva e Silva	O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1995.	LIVRO	São Paulo-SP	1995
15	Marilene Aparecida Coelho	PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NO VALE DO SÃO PATRÍCIO-1974/1992.	Dissertação de Mestrado	UFG Goiânia-GO	1997
16	Marilda Villela Iamamoto	PROJETO PROFISSIONAL, ESPAÇOS OCUPACIONAIS E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE. In: CFESS. <i>Atribuições privativas do(a) assistente social em questão</i> . Brasília, 2002.	Livreto Informativo	Brasília -DF	2002
17	Marina Maciel Abreu	SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.	LIVRO	São Paulo-SP	2002
18	Laura Leandra Moraes Portela	EDUCAÇÃO POPULAR E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	Artigo publicado no site: <a href="http://www.zemoleza.com.br">www.zemoleza.com.br</a>	UFMT Cuiabá-MT	2005

19	Vicente de Paula Faleiros	RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: uma questão em movimento? <i>Serviço social e sociedade</i> n° 84. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.	Revista Científica	São Paulo-SP	2005
20	Grace Karen Emrick	SAÚDE DO IDOSO, SERVIÇO SOCIAL E RECURSOS HUMANOS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE: realidades e desafios. postos no diálogo com a educação popular	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro -RJ	2005
21	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: dimensões de possíveis diálogos	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro -RJ	2005
22	Eblin Farage	EDUCAÇÃO POPULAR, ESCOLA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: um diálogo necessário	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro -RJ	2005
23	Telma Cristiane Sasso de Lima	AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: tendências da produção bibliográfica	Dissertação de Mestrado	UFSC Florianópolis-SC	2006
24	Marilda Villela Iamamoto	SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: capital financeiro, trabalho e questão social. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	LIVRO	São Paulo-SP	2007
25	Ana Soraia Haddad Biasi	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E RELAÇÕES DE GÊNERO: um diálogo entre três saberes em busca da emancipação.	Dissertação de Mestrado	UNISINOS São Leopoldo - RS	2007
26	Luis Acosta	CULTURA "RADICAL" E SERVIÇO SOCIAL. Revista Praia Vermelha. Vol.18 n° 02	Revista Científica da Área	UFRJ Rio de Janeiro	2008
27	Regina Célia Miotto	ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL A INDIVÍDUOS, GRUPOS E FAMÍLIAS. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	Capítulo de Livro	Brasília-DF	2009
28	Marina Maciel Abreu, Hilda Correa de Oliveira & Eblin Farage.	ASSISTÊNCIA SOCIAL, MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR	Trabalho apresentado no Seminário Nacional "O trabalho do(a) assistente social no SUAS"	UERJ Rio de Janeiro -RJ	2009
29	Luiz Agostinho Baldi	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	Trabalho apresentado no XII ENPESS	UERJ Rio de Janeiro -RJ	2010
30	Luiz Agostinho Baldi	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	Monografia de Graduação	UFJF Juiz de Fora-MG	2010
31	Aline Maria Batista Machado	EDUCAÇÃO POPULAR: uma temática relevante para o trabalho e a formação profissional do assistente social	Trabalho apresentado no XII ENPESS	UERJ Rio de Janeiro -RJ	2010
32	Aline Maria Batista Machado	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: diálogos possíveis	Trabalho apresentado no IX CCHLA Conhecimento em Debate	UFPB João Pessoa-PB	2010

Até o presente momento podemos dizer que, a partir de uma visão geral sobre os dados expostos no quadro acima, ou seja, sobre os dados brutos, temos os seguintes resultados:

- 1º) No que se refere ao gênero dos(as) autores(as), a maioria da produção advém de mulheres;
- 2º) A produção teórica tem se mostrado incipiente, visto que apesar de investigarmos 61 instituições, vários sites e bibliotecas só encontramos 32;
- 3º) Desse total, a maioria foi publicada na década atual;
- 4º) Encontramos 07 publicações de livros e 01 publicação de capítulo de livro na área de serviço social que apontam ou abordam o tema da educação popular;
- 5º) Ademais, a pesquisa revelou 06 dissertações de mestrados, 02 monografias de graduação, mas nenhuma tese de doutorado
- 6º) E a maioria das produções foi publicada na cidade de São Paulo.

No que diz respeito a esses livros, observamos que todos eles foram publicados pela editora Cortez, conseqüentemente prevalece o estado de São Paulo como lócus central dessa produção, porém, ainda que articulem as duas temáticas, a educação popular aparece de forma transversal e não como tema principal. Além disso, apenas o livro de autoria de José Paulo Netto critica a educação popular (devido ao ecletismo teórico da profissão na época do movimento de renovação da profissão), os demais, ainda que também apontem uma perspectiva crítica, consideram a importância da Educação Popular para os profissionais de Serviço Social, sobretudo quando estes atuam com a questão da organização política da classe trabalhadora.

O capítulo de livro, por sua vez, foi organizado e editado em 2009 na cidade de Brasília - DF pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. E com o apoio do Centro de Educação a Distância/CEAD da Universidade de Brasília - UnB. Nele o tema da Educação Popular também aparece de forma transversal.

Nas dissertações de mestrado é possível perceber que a região Sul se destaca, pois das 06 dissertações 04 são dessa região e apenas 02 são de outras regiões, sendo 01 da região Centro Oeste e 01 da região Nordeste. Das 06 dissertações 03 são da área de Serviço Social e 03 da área de Educação, ao passo que as 02 monografias são da área de Serviço Social, sendo uma do Centro-Oeste e outra do Sudeste, revelando que a maioria dessas produções (graduação e pós-graduação) é da área de Serviço Social. O que nos chama atenção é que a distância de uma publicação pra outra no nível graduação é muito grande, 22 anos. Outro

aspecto importante a destacar é que, ao contrário das produções em livros e capítulos de livros, as dissertações e monografias encontradas tomam a temática da Educação Popular como foco central e não transversal.

Objetivando uma análise mais detalhada do quadro geral das produções pesquisadas, fizemos algumas tabulações, conforme visualizaremos a seguir.

<b>Tabela 01:</b>		
<b>GÊNERO DOS(AS) AUTORES(AS) DAS PRODUÇÕES INVESTIGADAS</b>	<b>QUANT. (Nº)</b>	<b>PERC (%)</b>
SEXO FEMININO	23	72%
SEXO MASCULINO	08	25%
NÃO IDENTIFICADO POR SER AUTORIA DE UMA ASSOCIAÇÃO	01	3%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

A primeira tabela revela que até o momento 72% das produções investigadas advém de mulheres, ao passo que apenas 25% vêm de homens e 3% não é possível identificar o sexo devido ser autoria de uma associação, a Abess (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), que hoje é Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). O fato de a maioria dos autores ser mulheres certamente se justifique devido os cursos de serviço social e pedagogia serem historicamente compostos por uma maioria feminina, ainda que saibamos que nas pós-graduações dessas mesmas áreas também há pessoas de outros cursos. Contudo, conforme site do Governo Federal (2012), no Brasil as mulheres são mais da metade da população e já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, ganham menos do que o universo masculino trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Nos últimos anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de renda melhorou, mas a desigualdade entre homens e mulheres, ainda é muito significativa.

Aqui cabe destacar, também, outro aspecto do quadro geral, ou seja, do quadro 02, qual seja: o fato de que alguns autores aparecem em mais de uma produção.

Cada um deles aparece 02 vezes no quadro geral das produções, o que implica dizer duas coisas, primeiro que até agora são os que mais produziram acerca da articulação do Serviço Social e Educação Popular, ainda que só tenham uma produção a mais que os outros autores, e segundo, que o fato de aparecerem mais de uma vez na lista dos autores releva que, embora tenhamos 32 produções, elas não são de 32 autores diferentes e sim de 26, e destes

vinte e seis, 19 são mulheres (73%), 06 são homens (23%) e 01 (4%) é de uma Associação. O que demonstra que, ainda assim, a produção investigada advém de uma maioria feminina.

<b>Tabela 02:</b>		
<b>ANO DAS PRODUÇÕES</b>	<b>QUANT. (Nº)</b>	<b>PERC. (%)</b>
DÉCADA DE 1980	10	31%
DÉCADA DE 1990	05	16%
DÉCADA DE 2000	17	53%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

O resultado sobre o ano das publicações nos surpreendeu, pois como o Serviço Social se aproximou da área da educação popular sobretudo na década de 1970, nossa hipótese era de que os anos seguintes a esse período, década de 1980, seriam os de maior produção sobre essa temática, porém, os resultados estão revelando que a maior produção, 53%, tem sido na década atual, enquanto que 31% se deu na década de 1980 e apenas 16% na década de 1990. Cabe ressaltar, que até o ano de 1985 o país vivia uma conjuntura de ditadura militar (1964-1985), período em que leituras atreladas a qualquer crítica ao sistema eram tidas como subversivas e, por isso, severamente punidas, o que certamente pode justificar apenas 05 (cinco) produções entre 1980 e 1985 que atrelavam serviço social a educação popular, as demais são de 1987 em diante, pós-ditadura militar.

No que se refere a baixa produção da década de 1990, entendemos que dois fatores podem ter contribuído. Primeiro um de ordem interna, que foi a crítica de Netto (1991) ao ecletismo teórico da área de Serviço Social no processo de renovação da profissão, onde aponta a relação dos assistentes sociais com a educação popular como “intenção de ruptura” e não ruptura de fato. Ou seja, apesar das primeiras formulações críticas ao sistema, houve muita confusão teórica, como já apontamos no início deste texto. Segundo, um fator de ordem externa ou conjuntural, a queda do Muro de Berlim em 1989, visto que a partir disso muitos educadores e militantes abandonaram a educação popular, pois como ela estimulava as mobilizações e lutas sociais para um novo modelo de sociedade, com a derrocada do Muro muitos passaram a considerar o fim do “Socialismo Real” e, conseqüentemente, a impossibilidade de outro modelo de sociedade e, com isso, a crise da própria educação popular, que atualmente vem sendo ressignificada por determinados autores. Os quais se

afastam cada vez mais da questão de classe ou lutas de classes e partem para concepções reformistas acerca desse tipo de educação.

<b>Tabela 03:</b>		
<b>TIPO DE PRODUÇÃO</b>	<b>QUANT. (Nº)</b>	<b>PERC. (%)</b>
Livros	07	22%
Artigos completos publicados em anais de eventos científicos	07	22%
Artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social	06	19%
Dissertações de mestrado	06	19%
Monografias	02	6%
Entrevista publicada em revistas científicas da área do Serviço Social	01	3%
Artigo publicado em site de produção acadêmica	01	3%
Livreto Informativo	01	3%
Capítulo de Livro	01	3%
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100%</b>

A tabela 03 demonstra que a maioria das produções, 44%, dividem-se em livros (22%) e artigos completos publicados em anais de eventos científicos (22%). Ao passo que 19% são artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social, 19% configuram-se em dissertações de mestrado, 6% monografias de graduação, 3% entrevista publicada em revistas científicas da área do Serviço Social, 3% é artigo publicado em site de produção acadêmica, 3% capítulo de livro e 3% livreto informativo. Cabe destacar, que conforme vimos anteriormente no Quadro 02, esses eventos científicos que publicaram tal produção ocorreram entre os anos de 2005 e 2010, nas cidades de João Pessoa-PB e Rio de Janeiro-RJ. Sendo 01 artigo publicado nos anais do IX CCHLA Conhecimento em Debate, ocorrido em 2010 na UFPB, 02 publicados nos anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, ocorrido em 2010 na UERJ, 03 publicados nos anais do Seminário de Educação Popular, promovido pela UFRJ no ano de 2005 e 01 outro produzido em 2009 no Seminário Nacional “O trabalho do(a) assistente social no SUAS”, que mais uma vez ocorreu na UERJ, (porém, cabe registrar que embora tenhamos registrado em 2009, que foi a data do evento, apenas em 2011 saiu sua publicação online pelo CFESS).

Conforme os dados são 10 o número de locais onde despontam as publicações das produções teóricas que articularam serviço social e educação popular. São Paulo se destaca, apresentando 41% das produções, seguido do Rio de Janeiro, com 22%, e de Brasília, com 9%. Entre as demais cidades, João Pessoa e Porto Alegre apresentam 6% cada, e Cuiabá, São Leopoldo, Florianópolis e Juiz de Fora apresentam, cada um deles, 3% das produções.

Por fim, no que se refere aos títulos das produções pesquisadas destacam-se temas transversais que aparecem nos títulos das produções pesquisadas são: família (3%), ditadura (3%), produção do conhecimento (3,4%), relações de gênero (3%), meninos de rua (3%), escola pública (3%), desenvolvimento de comunidade (3%), saúde (6%) e cultura (6%). Os que não trazem temas transversais no título, apenas sub-temáticas do próprio serviço social ou da educação popular (tais como: pensamento de Paulo Freire, popular, ações educativas, educação política, formação e/ou atuação profissional, projeto profissional, questão social e direitos sociais) equivalem a 66%, ou seja, a grande maioria realizou especificamente o diálogo entre essas duas áreas (Serviço Social e Educação Popular). Contudo, como ainda estamos desenvolvendo a coleta de dados, não temos resultados mais profundos acerca da articulação teórico-metodológicas dessas produções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Uma temática só é emergente em uma profissão quando há incidência de pelo menos duas variáveis. Uma é a conjuntura, que passa por uma categoria profissional um conjunto de demandas que até então eram inexistentes ou inexpressivas” (MATOS, 2009, p. 514). E, “uma outra variável é que, (...) conectados com a realidade, os profissionais de uma categoria, podem estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas” (Ibidem). E completa: “o que está colocado é a capacidade de alguns profissionais de perceberem uma demanda em potencial e provocá-la para que esta se efetive” (MATOS, 2009, p. 514).

O autor explica que nessa primeira variável (conjuntura) uma temática emerge a partir da demanda da realidade e da capacidade de resposta dos profissionais. No caso da educação popular, ela não é uma temática inexistente e sim inexpressiva nas produções que articulam ao Serviço Social, porém, ainda que incipiente, vimos que 53% das produções que articulam as duas áreas (Serviço Social e Educação Popular) são da década atual. O que conecta essa primeira variável (conjuntura) a segunda (estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas), que aqui nos referimos à importância da educação popular

para a formação e prática do Assistente Social. Até porque, a grande maioria das produções investigadas percebe a educação popular como uma demanda em potencial na área do Serviço Social, que deve ser provocada para que se efetive. Mas, por quê? Vejamos se conseguimos responder à guisa de conclusão.

No âmbito do Serviço Social, Iamamoto (2010, p. 200) afirma que os assistentes sociais precisam ter o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais, visto que isso poderá alimentar ações inovadoras. Aliás, tal “conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática”. Com essa afirmação a autora tanto estimula o desenvolvimento de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho dos segmentos populacionais atendidos, como estimula os profissionais a impulsionarem a consciência política desses mesmos segmentos. Até porque, a consciência política significa “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica é a primeira fase de uma autoconsciência, na qual a teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1995, p. 21).

Mas em termos técnico-operativos, de que forma se estimula a consciência política dos sujeitos sociais? De que maneira podemos impulsionar uma cultura pública democrática? E o assistente social vem intervindo nessa perspectiva? Se sim, como vem se dando essa intervenção?

Quanto ao primeiro e o segundo questionamento podemos dizer que nisso (estímulo a consciência crítica e a uma cultura democrática) a metodologia da educação popular é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternas, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais. O que significa que esse tipo de educação, enquanto práxis educativa, visa estimular a *práxis* social, uma vez que esta “une compreensão teórica à ação real, com vistas à transformação (...) da sociedade” (VÁZQUEZ, 1977).

Quanto às questões referentes à intervenção profissional, nos acostamos a opinião de Santos (2010, p. 96), ao dizer que “é urgente a necessidade de se conhecer a intervenção do Serviço Social, incluindo os instrumentais necessários a essa intervenção”. Para a autora, o que existe hoje não é mais a necessidade de mudança de currículo, mas a aproximação da academia a realidade posta aos “profissionais da intervenção”. Daí entendermos que se na prática o assistente social já se depara e atua com a educação popular ou pode criar possibilidades de atuar fundamentado nela, os centros de formação profissional devem, por meio de pesquisas, aprender com a educação popular, mas também nela intervir, contribuir. Viabilizando, assim, uma relação dialética e dialógica entre Educação Popular e Serviço

Social e, quem sabe, a formação de assistentes sociais mais críticos, dialógicos, democráticos e de fato capacitados para impulsionar a consciência crítica, a participação política, a organização popular e uma cultura crítica democrática.

Inclusive porque quando os intelectuais, e aqui se inclui os assistentes sociais, se reconhecem como classe trabalhadora, e não apenas como indivíduos ou profissionais detentores do saber, e defendem ideias em favor dessa classe, tornam-se indispensáveis ao grupo social excluído do sistema hegemônico e ameaçadores do grupo que dirige tal sistema. Ao atuarem, podem contribuir com as camadas populares a reconhecerem-se como sujeitos histórico-sociais colaborando, assim, com a organização política da classe subalternizada. Até mesmo porque qualquer ação educativa, por mais dialógica que possa ser, nunca será neutra.

Abreu (2011, p. 230), além de identificar os perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social relaciona assistência social, educação popular e mobilização. Conforme a autora “a mobilização e a educação popular constituíram eixos centrais nas propostas pedagógicas que respaldaram os avanços e consolidação do projeto ético-político da profissão nos anos 1980, pautado na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora”. Na década atual, a autora aponta que a “a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação populares” (2002, p. 216). E aqueles(as) que intervêm a partir de uma lógica emancipatória voltam-se para o “rompimento de práticas identificadas com uma cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e sociedade” (IBIDEM). Daí citar como exemplos algumas experiências em orçamentos participativos e determinados programas de renda mínima articulados a educação.

Portanto, ainda que saibamos que o fazer profissional do assistente social se distingue da arena da militância política, e que sua profissão se configura como especialização da divisão social e técnica do trabalho, por isso mesmo seu exercício profissional é mediado por uma relação assalariada, entendemos aqui que sempre podemos nos posicionar contra a hegemonia da classe dominante, e, dentro das nossas possibilidades institucionais, nos dispor a participar efetivamente da construção da hegemonia das classes dominadas, conforme a opção do nosso Projeto Ético-Político Profissional. E nessa empreitada a educação popular é uma importante aliada, tanto no debate político-ideológico como no teórico-metodológico e no técnico-operativo que se opõe a hegemonia dominante.

## REFERÊNCIAS

- ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Apresentação. *Caderno Abess*, n. 02, p. 03-04, 1988.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ABREU, Marina Maciel, OLIVEIRA, Hilda Correa de & FARAGE, Eblin. Assistência social, mobilização e educação popular. *Seminário Nacional “O trabalho do(a) assistente social no SUAS”*. Brasília: CFESS, 2011.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação*. 2013. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=908](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=908) [16/02/2013].
- FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço social e sociedade n° 84*. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 8 ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010.
- SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Vol.1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.